

EDITORIAL



Temos o prazer de apresentar aos nossos leitores o *volume 6, número 1*, da *Revista Brasileira de Ciências Policiais*. Neste número trazemos seis artigos sobre temas variados, todos atinentes a questões ligadas à investigação criminal e ao enfretamento da criminalidade. Temas como limites constitucionais e a questão das provas na investigação criminal bem como avaliação de resultados de ações de segurança pública são alguns exemplos do que pode ser encontrado entre os textos.

Inicia-se o número com o artigo de Emerson Silva Barbosa, intitulado *Limites Constitucionais à Prova na Investigação Criminal*, abordando as limitações à prova no processo penal. O texto é bem denso e apresenta de forma clara vários momentos em que o fenômeno destas limitações ocorre, como por exemplo: o direito à privacidade, as buscas domiciliares, a coleta de vestígios e provas em flagrante delito e a não validação de provas obtidas ilicitamente. Destaca-se a abordagem a uma ampla literatura sobre o tema, encadeada de uma forma argumentativa no decorrer do texto, como deve ser. Aborda também sobre a questão do investigado não produzir prova contra si mesmo e o direito de permanecer em silêncio durante procedimentos de apuração de responsabilidade. Por fim, trata das questões de intervenções corporais com a finalidade de evitar equívocos na responsabilização criminal, bem como com o objetivo de “selecionar” o indivíduo.

No segundo artigo, *Infiltração Policial em Organizações Criminosas*, Marcello Diniz Cordeiro faz uma abordagem ao uso da técnica de inserção de agentes infiltrados em organizações criminosas para obtenção de provas. Assenta as possibilidades levantadas pela Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, bem como trata de uma correlação

e alguns problemas da possibilidade de atuação do agente infiltrado e (ou como) agente provocador. Aponta os cuidados que se deve ter com o uso da técnica, principalmente no que concerne a tomadas de decisões que poderiam implicar em situação delituosa por parte do infiltrado. Ao abordar as garantias do agente infiltrado em sua atuação, menciona uma das mais importantes que é a recusa em se infiltrar.

No terceiro artigo, *O Efeito Pedagógico de Operações da Polícia Federal: um estudo de caso da “Operação Caixa de Pandora”*, Alan Oliveira Lopes avalia a repercussão de operações da Polícia Federal sob o prisma do efeito pedagógico nas percepções dos indivíduos, organizações e na própria sociedade. Para fazer enfoque a este efeito pedagógico, traz algumas definições que julga importante para compreender a atuação de cartéis, bem como se dão as relações desses cartéis com órgãos públicos. Particulariza a análise a partir da Operação Caixa de Pandora, que teve como objetivo reprimir fraudes em licitações no Distrito Federal por meio de cumprimento de vários mandados de busca e apreensão, e mostra, a partir de dados de descontos obtidos em licitações, a efetiva competição entre os fornecedores. Aponta que várias medidas foram adotadas pelos órgãos de controle a partir destas constatações nas operações.

Wellington Clay Porcino Silva, no do artigo *Análise Espaço-Temporal dos Roubos de Veículos Ocorridos Durante o Ano de 2013 nas Regiões das Áreas de Segurança Pública Integrada 4 e 6 no Rio de Janeiro*, faz uma abordagem por meio de ferramentas estatísticas e análise geográfica dos roubos de veículos nas áreas de segurança pública integrada 4 e 6 (Zona Portuária e Grande Tijuca). Procura mostrar como a análise criminal pode ajudar a polícia em suas tomadas de decisões e no planejamento das ações policiais. Neste contexto, os mapas criminais são um auxílio visual muito importante. Ressalta-se a densidade do artigo, bem como os recursos de figuras e tabelas que deixam mais representativos os crimes analisados.

No quinto artigo, *Avaliando Resultados de Ações de Segurança Pública*, Luis Henrique Costa Ferreira faz uma análise dos resultados de ações de segurança no Brasil, considerando a abordagem padrão de 100.000 habitantes x quantidade de crimes/quantidade de habitantes, agregando a essa abordagem as características individuais de cada território, para, por fim, propor um modelo que leve em consideração essas diferenças. Traz inúmeros dados sobre homicídios no Brasil, constantes no Mapa da Violência de 2014, com o intuito de testar o modelo desenvolvido nos procedimentos metodológicos.

No sexto e último artigo que fecha este volume, intitulado *O Homem Cordial e a Violência no Brasil: atuação do Delegado de Polícia na proteção da dignidade da pessoa humana*, Alan Robson Alexandrino Ramos faz uma abordagem do conceito e característica de homem cordial e seu transitar com a violência no Brasil. Trata da questão do homem cordial e a necessidade rápida de resposta a criminalidade, o que pode ensejar vingança. Neste sentido, a atuação do delegado é importante na proteção da dignidade da pessoa humana e como brasileiro, deve evitar qualquer possibilidade de ser solapado por esta cordialidade, mantendo-se na impessoalidade e legalidade que sua atuação exige.

Convido-os a visitar o nosso portal em que as revistas se mantêm hospedadas. Este Portal de Periódicos da ANP pode ser encontrado no endereço: <http://periodicos.dpf.gov.br>.

Boa leitura a todos e todas que se interessam pelos temas aqui divulgados. Aguardamos sua submissão!

GILSON MATILDE DIANA

EDITOR

